

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM MEGAEVENTOS: O CASO DO RIO DE JANEIRO

Clarissa Alexandra Guajardo Semensato¹

Maurício Siqueira²

Resumo: O presente artigo trata das políticas culturais no atual momento do município do Rio de Janeiro. Sabe-se que a cidade se prepara para sediar megaeventos de grande relevância mundial, como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Nesse contexto, a cultura é tomada como estratégica nas transformações urbanas da cidade, seja para promover o turismo, seja para promover a “marca Rio”, na finalidade de lançar a imagem da cidade no mercado competitivo global. Transparece nas ações políticas uma tendência denominada *Culturalização da cidade*. Examina-se, nessa conjuntura, o tipo de políticas culturais que estão sendo adotadas, o público alvo e a perspectiva dos poderes públicos a respeito dos usos da cultura.

Palavras-chave: Megaeventos, políticas culturais, Rio de Janeiro.

O presente trabalho aborda as políticas culturais no momento peculiar em que se encontra a cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que a cidade se prepara para sediar megaeventos de grande relevância mundial, a Conferência Rio + 20 em 2012, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014, e as Olimpíadas em 2016. Desde que foi eleita para a final da Copa do Mundo e para as Olimpíadas em 2009, a cidade vem sendo alvo de grandes investimentos, que alteram a lógica política, social, cultural e econômica vigente. Nesse processo de preparação, a cultura é tomada como um ponto estratégico nas ações governamentais para levar a cabo as transformações da cidade, servindo tanto como atrativo turístico, quanto para promover a “marca Rio”, na finalidade de lançar a imagem da cidade no mercado competitivo global.

Desde 2009, ano que foi eleita para sediar a final da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016, a cidade do Rio de Janeiro tem um cenário permeado por intervenções arquitetônicas e urbanísticas. Aliado a isso, as políticas públicas de variados setores se voltam para o mesmo objetivo: preparar a cidade para os megaeventos. Os argumentos do poder público e da grande mídia giram em torno do

¹ Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa. clarissaalexandra@gmail.com

² Sociólogo. Setor de Pesquisa de Política e Culturas Comparadas, Fundação Casa de Rui Barbosa. mauricio.siqueira@rb.gov.br



desenvolvimento que as obras e o turismo poderão desencadear, isto é, defendem o “legado”, traduzido como os benefícios acarretados pelas obras, que poderão ser desfrutadas pela população para além de 2016. Entretanto, essas transformações têm acarretado reflexões e críticas de pesquisadores e outros componentes da sociedade civil³.

Na verdade, a postura do governo municipal em utilizar os megaeventos como estratégia para a revitalização do espaço e desenvolvimento econômico, fazendo uso da aliança com o setor privado para isso, não é novidade. Trata-se de um modelo de planejamento urbano conhecido como “planejamento estratégico”. Os defensores desse conceito dizem que esse tipo de estratégia “deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”, isto é, elas também estão inseridas num ambiente de competitividade. Num mundo globalizado, as cidades necessitam competir pelo investimento de capital e de tecnologia; na atração de novas indústrias e negócios; na atração de força de trabalho qualificada; e ser competitiva no preço e na qualidade dos serviços (Vainer, 2000).

É possível enquadrar as políticas dos megaeventos em uma mescla de tendências apontadas por Lilian Fessler Vaz (2004). Mistura-se planejamento empresarial, projeto urbano, estratégia cultural e marketing. Esse tipo de intervenção nasce nos anos 1980/90, e se insere num planejamento estratégico e se utiliza de projetos arquitetônicos de *griffe*, que contribuem para formação de uma nova imagem urbana, como aconteceu no caso de Barcelona, nas olimpíadas de 1992. A autora diz que essas transformações urbanas buscam reverter os efeitos das mudanças econômicas pós-fordistas e adequar o ambiente construído à nova economia. Para tanto, as novas zonas sofrem intervenções a fim de oferecer condições para a produção e consumo da cultura e para o turismo. Nesse caso, as políticas culturais desempenham uma função chave.

As tendências mencionadas pela autora modificam completamente o pensamento urbanístico modernista, em que a lógica da cidade era racional e funcional, adequada ao sistema de planejamento da cidade-produção. Porém, com as transformações pós-fordistas, os espaços – zonas industriais abandonadas, portos, ferrovias e até mesmo o centro da cidade – perderam sua funcionalidade. Logo, as novas formas de pensamento urbano buscam utilizar esses espaços esquecidos com uma nova abordagem, adaptando à lógica da sociedade do consumo. “Na sociedade fordista, o espaço é essencialmente

³ Alguns atores da sociedade civil que têm contribuído com reflexões e ações a respeito dos megaeventos são: Observatório de Conflitos Urbanos (UFRJ); Universidade Nômade, Conselho Popular Rio 2016; Comite Popular Rio Copa e Olimpíadas e Fórum Comunitário do Porto.

para produção, e a rua é para circulação; na sociedade pós-industrial, os espaços se tornam lugares de consumo, de espetáculos e de festa. E ainda de turismo e sociabilidade” (VAZ, 2004)

Muito do que tem acontecido na cidade do Rio de Janeiro, e em outras no país, se enquadra nesse tipo de tendência, que vai do planejamento estratégico, ao uso de espaços subutilizados com a adequação da economia ao período pós fordista. A adoção de eventos grandiosos para propagandear a cidade no mercado competitivo, a atração de empresas e turistas é fato cada vez mais evidente nos últimos anos.

Pires (2010) atribui a implantação de políticas desse tipo, a partir dos anos 90, ao endividamento do Estado brasileiro e ao colapso do planejamento urbano estatal, que fizeram com que as iniciativas de planejamento urbano subsequentes a este contexto passassem por um período de descrédito e desvalorização. Devido a essas razões, a partir de 1993, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, inspirada no modelo de Barcelona, firmou acordo com a associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e com a Federação das Indústrias (FIRJAN) para promoverem o Plano Estratégico da Cidade, a despeito das normas definidas pelo Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (PDDCRJ), instrumento de regulação da sociedade civil organizada e instituído pela Câmara Municipal.

A opção da cidade do Rio de Janeiro por seguir esse modelo urbanístico também é descrita por Manuel Herce (2010), quando o prefeito César Maia chamou Luis Paulo Conde, um arquiteto conhecedor e adepto das políticas urbanas que estavam acontecendo em Barcelona, para ser Secretário de Urbanismo. O autor relata que em 1993

“el *Prefeito* contrató el Plan Estratégico de la ciudad a un equipo dirigido por los barceloneses Jordi Borja y Manuel de Forn; y, poco más tarde, Conde encargo el proyecto de reforma del frente marítimo de la Plaza XV a Oriol Bohigas y de la Avenida Brasil al firmante de este artículo. Esta presencia “catalana” se reforzó cuando en 1996 se encargó a un equipo dirigido por Lluís Millet preparar la candidatura olímpica de la ciudad para el 2004. (HERCE, 2010)

Para o poder público, o Plano Estratégico da Cidade iria contribuir para reverter o quadro de agravamento da crise urbana e perda de investimentos, reposicionando a Cidade em termos globais, inserindo-a em termos competitivos em condições de atrair investimentos públicos e privados. Constatando que o Plano estratégico do Rio de Janeiro teve inspiração no modelo de Barcelona, Pires diz que:

“Em geral, a premissa básica é que as cidades têm um novo papel no mundo globalizado, devem ser atores empreendedores e se adaptar às regras do mercado e, portanto, as cidades que almejam entrar no seleto grupo de cidades globais devem importar o plano estratégico “à moda Barcelona”, como foi o caso da maioria das prefeituras latino-americanas. Influenciadas por este “modelo empreendedorista” outras municipalidades do Estado do Rio de Janeiro e fora dele, como Nova Iguaçu, Juiz de Fora, Recife, etc., adotaram a experiência do Plano Estratégico” (PIRES, 2010).

Esse modelo que lança a cidade no ambiente competitivo, que para tanto, abre espaço para a lógica de mercado, é alvo de algumas críticas. Para Ermínia Maricato (*apud* PIRES, 2010), o Plano Estratégico contém em seus preceitos o “ideário neoliberal com o rótulo democrático”, seu papel é desregular, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto, a cidade se instrumentaliza para competir com as demais na disputa por investimentos externos diretos.

Esse tipo de planejamento urbano que utiliza os megaeventos deixou de ser tão visado com a ruptura entre César Maia e Conde, mas foi continuada por seus sucessores. Foi fortemente priorizado com a candidatura e eleição da cidade para sediar a copa e as olimpíadas, no atual governo, tendo como prefeito Eduardo Paes. Essa perspectiva está claramente disposta no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012, intitulado “Pós 2016: O Rio mais Integrado e Competitivo”. Nele o prefeito Eduardo Paes declara que “A expectativa de ser a capital da Copa 2014 e a conquista dos Jogos Olímpicos de 2016 estabelecem um momento oportuno para transformar esses sonhos em ideais, projetos, realizações. A Prefeitura, através do seu Plano Estratégico, propõe um caminho para alcançarmos esse objetivo”.

Embora os megaeventos sejam de cunho esportivo, e visem um planejamento urbano para este fim, é possível compreender, como já foi dito, o acolhimento desses eventos como estratégia para o lançamento da cidade no mercado competitivo global. E para tanto, utiliza-se a visibilidade dada ao evento para promover a imagem da cidade. Tal imagem é cunhada como um marketing para a venda da cidade, que promove a cena de um ambiente produtivo, harmonioso e cultural.

Nesse sentido, Vaz (2004) identifica que com a associação entre planejamento empresarial, projeto urbano e estratégia cultural como marketing, verifica-se um “culturalismo de mercado”, em que tudo o que se refere à cultura se torna mercadoria. No culturalismo de mercado a cultura se torna o grande negócio da cidade-mercadoria, e esta se torna cada vez mais espetacular.

Essa tendência urbanística tende a transformar espaços não mais funcionais, como fragmentos urbanos convertidos em problemas – os vazios fabris, portuários e ferroviários – em espaços funcionais. Num contexto pós-industrial que segue a lógica do consumo, e não da produção, “para evitar a degradação dos centros urbanos tradicionais, procura-se promover um mix de usos e desenvolve-los como centros culturalizados” (VAZ, 2004p 37).

Vaz identifica que o discurso que visa promover a cidade como imagem é defendido por empreendedores e políticos, que buscam aumentar a receita da cidade com turismo e convenções, para o que se recorre ao marketing e a práticas urbanísticas tidas como bem sucedidas (Vaz, 2004). A isso podemos enquadrar as políticas urbanas do Rio de Janeiro.

Esse movimento de planejamento estratégico visando a reestruturação das cidades para a realidade pós industrial, é apontado por Poyter (2008), como forte nos EUA a partir dos anos 1970. Naquele país, com economia industrial em crise, as mais empreendedoras cidades adotaram uma política de desenvolvimento baseada no consumo e serviço. “Cidades como Nova York e São Francisco edificaram complexos de arte e entretenimento, outras como Miami e Orlando criaram cidades “fantasias” temáticas.

O autor constatou que o número de cidades candidatas a sede de megaeventos tem crescido desde os anos 90. A isso ele atribui o fato de as cidades desejarem utilizar os megaeventos para o planejamento estratégico.

“As Olimpíadas assumiram um crescente significado para cidades empreendedoras que procuram estimular a abordagem norte-americana para regeneração urbana e desenvolvimento, através do que os economistas têm denominado de desenvolvimento econômico com base no consumo (consumption led). O apelo desta abordagem para renovação urbana tem sido corroborado não somente pela elevada demanda decorrente de reestruturação econômica doméstica e de mudanças de modelos de consumo, mas também pelas correspondentes mudanças na economia internacional e, em particular, em setores como indústrias de mídia, telecomunicações, lazer, viagens e turismo. (...) a cidade que recebe as Olimpíadas procura enaltecer sua imagem como uma metrópole adiantada, uma cidade “global” e um centro internacional para comércio e negócios”. (POYTER 2008, p. 127)

No Rio de Janeiro, o governo local parece ter adotado os megaeventos esportivos como estratégia de se adaptar à economia pós industrial, isto é, baseada no consumo e serviço. Com os megaeventos, visa-se atrair empresas e negócios e regenerar o espaço urbano, com um padrão de organização em função do consumo. Tal

perspectiva é passível de crítica, uma vez que o Rio de Janeiro pode vir a ser transformado em algo semelhante às “cidades fantasias” descritas por Poyter (2008). Nesse tipo de cidade, as políticas se voltam mais para o visitante do que para o atendimento das necessidades locais. Ocorre também a diluição do papel do governo local no processo de planejamento e a ausência do exame público sobre os arranjos financeiros para construí-la. Segundo o autor,

“programas de regeneração urbana com base em consumo têm sido frequentemente acompanhados de adaptações da política local para acomodar o papel de agências quase governamentais junto a parcerias público/privadas necessárias para criar uma moldura financeira destinada à sua implementação” (POYTER, 2008, p. 127)

No Rio de Janeiro, o que vem ocorrido aproxima-se do que é descrito por Poyter. Há várias parcerias do tipo público-privada sendo colocadas em prática, seja para realização das obras diretamente relacionadas aos mega-eventos, como o Porto Maravilha, rodovias, habitações e instalações olímpicas, seja na tentativa de atrair empresas para a cidade. E até mesmo em casos como o Museu do Amanhã. Porém, a princípio, o poder público parece atuante no sentido de regular ou atuar nas parcerias.

Atenta-se neste presente artigo, na seção a seguir, ao que vem sendo feito com relação ao setor cultural no Rio de Janeiro, já que a Culturalização das cidades é peça chave nas tendências de planejamento urbano e sociedade pós-industrial. As informações sobre as políticas culturais mencionadas a seguir foram extraídas de publicações do poder público. A primeira delas, a série “Cadernos de Legado”, de 2009, é de responsabilidade do governo federal, com o objetivo de apresentar o país ao Comitê Olímpico Internacional (COI), embora as ações e políticas aí citadas não sejam detalhadas.

A segunda, de responsabilidade do poder público municipal, o Plano Estratégico da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro 2009-2012 “Pós 2016: um Rio mais integrado e competitivo” (2009), apresenta políticas e ações, bem como a estratégia para executá-las no período em questão. Por último, a terceira publicação “O Boletim Porto Maravilha nº 4”, de responsabilidade da Prefeitura, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)⁴ e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da

⁴ IPP: órgão público responsável pela produção de informações cartográficas, geográficas, estatísticas e articulação de estratégias e projetos urbanos.

Região do Porto de Rio de Janeiro (CDURP)⁵, tem o objetivo de apresentar dois programas de cunho social, compreendidos no plano de revitalização da zona portuária: o programa Porto Cidadão e Porto Maravilha.

POLÍTICAS CULTURAIS PARA MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO

Uma das áreas reconhecidas pelo COI é a “disponibilidade de lazer, cultura e equipamentos de entretenimento”. Assim sendo, tal setor é visado quando na escolha de uma cidade candidata pelo comitê, bem como na preparação desta cidade para os jogos. À época da candidatura, o governo federal, em aliança com o municipal e estadual, lançou uma publicação em três partes, denominadas: “Cadernos de Legado Brasil”, “Cadernos de Legado Social”, “Cadernos de Legado Urbano-Ambiental”. Tal publicação, do ano de 2009, apresenta o país para o COI. Os cadernos objetivam expor o país e seu potencial para abrigar os jogos, os investimentos, e o legado que os mega eventos iriam proporcionar.

Logo no primeiro caderno, fica evidente a intenção de expor uma imagem harmoniosa do país, e principalmente da cidade do Rio de Janeiro, e percebe-se a importância que a cultura assume. A publicação prega uma imagem de cultura da “marca-rio”, como forma de acolher o turista. Valoriza a diversidade, a criatividade, a música, a tv e o cinema. O “Rio envolve todo visitante com a alegria de seu povo multiétnico, criativo e hospitaleiro. É uma capital cosmopolita, presente como poucas na memória afetiva internacional. Berço da fluência musical da bossa-nova e do samba, fonte do carnaval mais colorido e espetacular” (CADERNO DE LEGADO BRASIL, 2009).

O Caderno de Legado Social aponta a criação ou continuidade de programas como internet digital, Canal Comunidade, Economia Solidária, Curso Mídia e Cidadania e Ponto de Cultura, os Galpões Sociais e a Recuperação do Museu do Trem. O caderno de Legado Urbano Ambiental também apresenta um viés relacionado à cultura em alguns projetos como: transformar a Zona Portuária num pólo turístico e cultural; a revitalização do Maracanã e arredores, incluindo o tradicional bairro de São Cristóvão); a revitalização do Sambódromo e seu entorno; e, a revitalização do Engenho e seu entorno.

⁵ Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro: empresa em forma de aliança Público-Privada, criada para administrar a região portuária.

Os dois últimos cadernos apontam para ações abrangentes, com um possível legado substancial. Porém, as publicações se restringem a divulgar o espaço e o potencial local, logo, não apontam estratégias específicas para execução. Coube à instância municipal colocar em prática as políticas mencionadas nos cadernos.

As políticas planejadas pelo município estão estabelecidas pelo Plano estratégico da cidade, e pelos projetos Porto Cultural e Porto Cidadão, estes, compreendidos pelo megaprojeto Porto Maravilha. Essa obra de grande porte objetiva revitalizar a região portuária da cidade a fim de torná-la uma porta de entrada do turista e recolocar o centro do Rio de Janeiro como “ponta do cenário cultural da cidade” (*SITE CIDADE OLÍMPICA*, 2012).

Também o Plano Estratégico deixa clara a importância da cultura na reestruturação da cidade e no preparo do ambiente para as Olimpíadas e para a Copa. O documento estabelece como principal diretriz para orientação das políticas culturais, o fortalecimento da região da cidade “como referência cultural do país através da revitalização patrimonial, requalificação urbana e promoção da diversidade”. Além disso, também é citado como diretriz, a ampliação do acesso da população aos variados bens e valores culturais através da expansão da estrutura pública de equipamentos e atividades culturais.

Como política o plano apresenta duas linhas de ação. A primeira é a manutenção das lonas culturais e a construção de mais quatro. A segunda é o projeto *cultura na rua*, este, especificamente citado no preparo da cidade aos megaeventos. Ao reconhecer “a natural vocação da cidade e do cidadão carioca para ocupar as ruas e praças e desenvolver atividades culturais ao ar livre”, o plano defende que as Olimpíadas de 2016 são uma oportunidade sem precedentes para incorporar a prática cultural ao cotidiano carioca (*PLANO ESTRATÉGICO*, 2009).

O projeto consiste em estabelecer um calendário anual de eventos culturais gratuitos, com programações de diferentes linguagens artísticas. E espera resgatar o hábito carioca de utilizar o espaço público como área de convivência, aumentar o acesso da população aos produtos culturais, ampliar o mercado de trabalho em diversões e “preparar a classe artística e a população para que em 2016 não sejamos apenas uma capital esportiva mas também cultural” (*PLANO ESTRATÉGICO*, 2009).

A forma de argumentação utilizada pelo governo têm sido objeto de críticas por parte de pesquisadores e movimentos sociais. Embora o governo reconheça a prática de uma cultura espontânea e de rua ao dizer que “a população tem se distanciado dessa

prática”, ele exclui muitas modalidades de cultura que ocorrem em ambientes públicos. E ao estabelecer as estratégias do Cultura na Rua, como o Viradão Carioca, o calendário de festas populares, as contratações de apoio cultural a espetáculos, artistas e festivais, a licitação para contratação de Produção para atividades de rua, o governo inibe atividades espontâneas, permitindo apenas aquelas estabelecidas pelo poder público.

Para tornar clara a idéia exposta no parágrafo anterior, de inibição de uma cultura espontânea, ou de uma cultura local pré-existente, expõe-se a seguir um exemplo sintomático. No Morro da Providência, há um projeto de construção de um teleférico, cujo caminho foi decidido sem a consulta dos habitantes locais. Em julho de 2011 os moradores do morro organizaram um café da manhã em protesto contra a demolição da Praça Américo Brum, local escolhido para edificar uma das estações. A praça é um lugar público de convivência e de lazer, o único gratuito e próximo, que estava sendo reivindicado pelos moradores. Como resposta ao protesto, policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) reprimiram a manifestação para dar espaço ao início das obras (CILENTE & TARIN, 2012). Ou seja, o espaço propenso à geração de cultura dos habitantes locais, reconhecido por eles como tal, e demandado por eles, foi inibido.

Acentuando este problema, o governo expôs neste mesmo Plano Estratégico, e está colocando em prática, o *Choque de Ordem*, que se constitui em ações que visam inibir a “ilegalidade” e a “desordem urbana”. Mas, segundo relatos⁶, o choque de ordem impõe a gentrificação e o medo da população local, e, não os reconhece como produtores de cultura:

En esta línea se ha criticado que un proyecto que pretende mejorar la calidad de vida de la zona portuaria, esté provocando expulsiones de sus moradores actuales y violentas intervenciones reflejadas en el conjunto de acciones denominado "Choque de Orden" contra el trabajo informal y la venta callejera para luchar contra la "indisciplina urbana" como vía de regeneración moral, higienización y revanchismo contra los pobres (COMA, 2011)

Bruno Tarin (2012) narra que cerca de 200 à 300 casas estão sendo ameaçadas de serem demolidas, só no Morro da Providência e no Morro da Conceição, para dar lugar aos projetos de “revitalização” do espaço e serão reassentadas em locais distantes do que ocupavam. A relação afetiva e os vínculos que as famílias criaram no espaço onde vivem há gerações são totalmente ignoradas pelo poder público. Nesse contexto de

⁶ Alguns relatos podem ser encontrados no Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro e no Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa “Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil, na Revista Global Brasil e em sites dos movimentos sociais mencionados anteriormente. Eventos como Seminário Revolução 2.0 (2011) e Laboratório de Cartografias Insurgentes (2011) também relataram e debateram fatos relacionados.

Choque de Ordem, quando a população nativa – produtora de cultura – não é expulsa, é inibida. Os próprios moradores que reivindicavam a manutenção da Praça Américo Brum temem que após a demolição desse espaço, outras casas também sejam demolidas.

Dessa forma, as estratégias do poder público até aqui apresentadas são inconsistentes, principalmente no que se propõem: incentivar artistas de rua. Aparenta ser uma política restrita a um calendário de eventos a serem apresentados por artistas famosos, e a uma grandiosa quantidade de expectadores. Não incentiva, portanto, a produção cultural espontânea, e sim o consumo de uma cultura mais interessante ao mercado.

Ribeiro (2004) diz que os marginalizados, embora ultimamente tenham sido metamorfoseados em objetos de curiosidade e negócio, são afastados de lugares onde acontecem as políticas de patrimônio, cultura e lazer – que ela denomina lugares luminosos. Essas políticas que transformam o lugar em iluminado ocultam os aspectos de luta e desigualdade presentes ali, principalmente quando esses espaços sofrem mutação mercantil, em que o étnico e o típico são transformados em objetos.

Tal mutação decorre de práticas classificatórias de costumes e de elementos da cultura material orientadas pelo olhar do consumidor e do vendedor de serviços e, não daquele que é o verdadeiro desbravador de oportunidades criativas, insubordinadas e disruptivas. Porém, é dele e dos seus espaços inorgânicos que advêm as inovações realmente radicais, capazes de impulsionar um grande espectro de novos e atraentes bens culturais, de especial relevância para a juventude, como demonstram o funk e o hip hop (RIBEIRO 2004, p. 101).

A autora defende que o potencial cultural criativo é proveniente dos espaços não iluminados, fruto do convívio dos atores com suas dificuldades e suas memórias. E não, da política gerencial, que os expulsa e deforma a memória local numa lógica puramente mercantilista, direcionada ao consumo cultural de atores externos.

Nesse sentido, ainda tomando como exemplo o caso do Teleférico, pode-se questionar o fato daquela obra ser primordialmente construída para o benefício dos que ali vivem, já que sua rota e o local das estações foram decididos sem consulta popular (CILENTE & TARIN, 2012). É bem provável que o teleférico venha servir como atrativo turístico, neste caso, um tipo turismo que utilizará o típico e o ético como chamariz, mas que, ao mesmo tempo foi construído sobre o ocultamento da memória e da cultura locais

O projeto Porto Maravilha, que em suas obras “revitalização” é apontado por promover a gentrificação, compreende em sua pauta dois programas que se relacionam às políticas culturais: os Programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural. Através deles é feita a articulação entre poder público e setor privado na intenção de apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico e a valorização do patrimônio histórico e cultural.

Em teoria, as linhas de atuação do projeto Porto Cultural são bem abrangentes, pois incluem: a recuperação e restauração material do patrimônio artístico e /ou arquitetônico; a valorização do Patrimônio Cultural Imaterial; a preservação, valorização da memória e manifestações culturais; a exploração econômica do patrimônio material e imaterial, a produção de conhecimento sobre a memória da região e inovação na sua exploração sustentável. Ainda assim estratégias de implantação de ações que incluam essas linhas de ação não são apresentadas no documento.

Na perspectiva da CDURP, o desenvolvimento da região envolve o aproveitamento dos novos empreendimentos econômicos que irão surgir, voltados para o atendimento ao visitante. Assim, ela declara que “temos o desafio de preparar as pessoas para as novas oportunidades de emprego e negócios que vão surgir. Inclusive aqueles relacionados ao patrimônio cultural e artístico que sem dúvida contribui para aumentar a atratividade da região” (BOLETIM PORTO MARAVILHA, 2011). Dessa forma, as ações que privilegiam o mercado e o patrimônio arquitetônico estão sendo priorizadas, em detrimento do patrimônio imaterial proveniente dos atores locais.

Além dessas políticas referentes à cultura já destacadas, mais duas ações que recebem o apoio do poder público merecem destaque. Na região portuária, dois museus estão em construção, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio. Embora as ações e as políticas estejam voltadas para revitalização de um espaço e fomentar a cultura; os museus, juntamente com a valorização econômica promovida pelo poder público, tem provocado a expulsão dos moradores locais, seja na forma de remoção, seja por especulação imobiliária. Cristina Laranja (2011) fornece contribuições acerca do que esse tipo de ação poderia impactar diretamente na produção cultural já existente na região.

Percebe-se que no contexto atual do Rio de Janeiro, a cultura tem sido utilizada nos discursos como ferramenta de apaziguamento de diferenças e como atrativo de empreendimentos econômicos. Como agravante, tem sido utilizada para compor

argumentos que subsidiam as ações do governo que não reconhecem a produção cultural já existente no local. Cristina Laranja (2011) aponta que

“Precisamos compreender melhor o que se tem por produção cultural, e aqui aportamos um conceito que abarca a diversidade social e cultural de um território (os modos de vida, os costumes, as falas, as músicas, o modo de construir as ladeiras...), aquele mesmo que seria foco de interesse dos promotores do turismo na região. Ou seja, por “cultura” não se compreende só os produtos culturais ou equipamentos culturais existentes, nem aqueles que se pretende ofertar aos turistas, mas aquilo que se compreende por patrimônio imaterial”(LARANJA, 2011).

Da forma como estão sendo feitas, as ações inibem práticas sociais e culturais locais características da região. A perspectiva do poder público entende os atuais moradores como a causa da degradação do espaço. Ao invés de reconhecê-los como produtores de cultura e alvos de investimentos diretos, o governo municipal investe na instalação de equipamentos culturais e na “revitalização do espaço” (lê-se: adequação do espaço para o turismo de lazer e de negócios).

Contraditoriamente, as políticas atuais adotam e propagandeiam a cultura local e afirmam um valor de consumo, embora na realidade exerçam um poder inibidor da cultura espontânea e característica da região. Tal fato pode ser claramente exemplificado nos casos de expulsão dos moradores e de construção do teleférico do Morro da Conceição.

Outro exemplo pode ser observado, quando doze escolas de samba do grupo de acesso foram removidas do terreno da antiga REF (Rede Ferroviária Federal) para abrir espaço à construção do Porto Olímpico. O terreno pertence à União que entrou com um pedido de integração de posse, evidenciando a agilidade do poder público e judiciário quando se trata de garantir a infraestrutura para os megaeventos (CILENTE & TARIN, 2012). Dessa forma, a despeito da propaganda de “país da diversidade” e “cidade do samba e do carnaval” expostos nos Cadernos de Legado, mais uma vez, o poder público ignora a cultura local existente para construir as obras sobre elas. Contraditoriamente, o poder público continuará usando a imagem e a memória fornecidos pela cultura local, na divulgação da cidade.

Nesse sentido, Cristina Laranja destaca (2011):

“Tais planos também apagaram qualquer vestígio dessas vidas, ainda que afirmem seu valor de “consumo” sobre a tradição destas histórias e práticas. Nesse jogo de produzir produtos para consumo no pacote da regeneração, o

modo de viver do estivador se torna a flexibilidade do yuppie do trabalho imaterial contemporâneo – como em Londres”. (LARANJA, 2011).

A autora ainda faz um paralelo com as políticas culturais federais. Enquanto estas apresentavam-se de maneira mais democrática e distribuidora de renda (como os Pontos de Cultura) os projetos do Rio de Janeiro seguem uma linha de apoio à lógica do consumo para poucos. O Museu de Arte do Rio (MAR), e o Museu do Amanhã somam cerca de 170 milhões investidos por renúncia fiscal. Um valor discrepante frente a qualquer investimento na região que efetivamente colabore na manutenção do cotidiano das comunidades afetadas também na área da cultura – considerando a diversidade de iniciativas e produtores culturais que polinizam a região.

A crítica da autora é pertinente e ilustra um comparativo entre políticas culturais distributivas e concentradoras. Ainda assim, cabe observar que o governo federal a partir do período de Lula, passou a incentivar e investir na atração de megaeventos para o país.

CONCLUSÃO

Vê-se que as políticas culturais cumprem um papel pivô nas novas tendências de planejamento urbano e nas adaptações da sociedade à economia pós-industrial. Dentre muitas cidades que seguem essa tendência, está o Rio de Janeiro, que utilizou-se da estratégia de sediar os megaeventos Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, para dar a cabo à “revitalização” de espaços “subutilizados” e vigorar a economia pós-industrial. Para tanto, esta cidade adéqua seu espaço ao lazer e consumo, numa tendência conhecida como Culturalização da Cidade. Assim, políticas culturais que cumpram essa função são priorizadas.

Conclui-se que, embora as políticas culturais sejam um ponto chave nos megaeventos (e em toda intencionalidade por detrás do ato de sediar eventos desse porte), aparentemente, o governo municipal carioca tem se restringido à instalação de equipamentos culturais, eventos pontuais e criação de espaços de lazer. A perspectiva de política cultural do poder público volta-se para um modelo padrão de consumidor de cultura, e não compreende a produção cultural e os atores já existentes. Paradoxalmente, aproveita-se do típico e do étnico para promover a cidade, os espaços redesenhados e a cultura recriada. Os investimentos têm privilegiado o turismo e o viés econômico da cultura, mas não a produção cultural local e o patrimônio imaterial.

Nesse contexto de inserção à tendência de revitalização no Rio de Janeiro, problematiza-se a perspectiva de política cultural que tem sido adotada pelo poder público. A reflexão de Cilente & Tarin (2012) ajudam a entender o porquê:

“Como trazer de volta vida para um espaço já habitado por cerca de 22 mil pessoas... vivas? Não estaria esse maravilhoso megaprojeto negando a existência deste já então habitantes? É na contramão de uma proposta inclusiva, que a idéia de revitalização pode soar perigosa ao negar a já existente ocupação do espaço por determinados grupos sociais” (CILENTE & TARIN, 2012, p.2)

A partir dessas constatações constroem-se duas críticas. A primeira refere-se à criação de uma cidade comparável a uma Cidade Fantasia (POYTER, 2008), onde o cenário é artificialmente preparado para receber turistas, que são parte essencial da economia local. Para isso, são feitas alianças público privadas, em que dá espaço à lógica de mercado e forças das empresas privadas. Além disso, a demanda da população local não é prioridade no que tange à elaboração de políticas públicas.

A segunda se refere a uma forma de equalização do espaço que cidades do tipo fantasia sofrem. Segundo Ribeiro (2004), a criação de um cenário urbano adaptado ao consumo cultural poda a criatividade existente e equaliza lugares. Os atores locais, potencial de trocas simbólicas, aprendizado e criação, são afastados dos lugares iluminados, e o processo de construção verdadeiramente produtivo, ao invés de ser estimulado por políticas públicas, é rompido.

“Sem dúvida, o estímulo à contemplação, que é tão presente nos arranjos estetizantes dos acervos históricos e na cenarização clean ajustada ao tipo médio do consumidor de cultura, equaliza lugares e desconstrói possibilidades de aprendizado (...) Tais trocas encontram-se limitadas, entretanto, quando a multiplicidade dos objetos e das alternativas de percurso atordoa o processo de reflexão do passado, confundido o conhecimento necessário com o lazer ansioso, ininterrupto e sempre fugaz” (RIBEIRO, 2004, p. 98).

As políticas expostas neste trabalho foram planejadas a partir do ano de 2009 e a perspectiva de suas políticas culturais não necessariamente corresponde às demandas dos atores locais. Hoje, pesquisadores e outros segmentos da sociedade civil organizada tecem inúmeras críticas às ações do governo, que muitas vezes não são levadas em conta pelo poder público e são ignoradas pela grande mídia. Ainda faltam dois anos até a Copa do Mundo e quatro anos até as Olimpíadas, e neste tempo espera-se que as políticas possam mudar de orientação e fomentar também a demanda dos atores locais, para incluí-los no cenário de oportunidades.

BIBLIOGRAFIA

BOLETIM PORTO MARAVILHA, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, nº 4, Abril de 2011.

CADERNO DE LEGADO BRASIL RIO 2016. Ministério do Esporte, 2009
CADERNO DE LEGADO SOCIAL RIO 2016. Ministério do Esporte, 2009
CADERNO DE LEGADO URBANO-AMBIENTAL RIO 2016. Ministério do Esporte, 2009

COMA, Mauro Castro. “Del sueño olímpico al proyecto Porto Maravilha: El ‘eventismo’ como catalizador de la regeneración a través de grandes proyectos urbanos. In.: URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*), v. 3, n. 2, p. 211-227, jul./dez. 2011

CILENTE, Luiza & TARIN, Bruno. “‘Revitalização’ urbana no Rio de Janeiro: o porto das maravilhas privadas”. In.: In.: Revista Global Brasil. Edição 15, 9 de Abril de 2012. Disponível em www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1061

HERCE, Manuel. “El ‘Modelo Barcelona’ y el ‘Marketing’ de las Olimpiadas de Río de Janeiro”. In.: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XV, nº 895 (11), 5 de noviembre de 2010.

LARANJA, Cristina. A arte de provocar ruínas: n Especulações na Zona Portuária. In.: Revista Global Brasil. Edição 14, 6 de Setembro de 2011. disponível em: <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=697>.

PIRES, Hindenburgo F. “Planejamento e Intervenções Urbanísticas no Rio de Janeiro: A Utopia do Plano Estratégico e Sua Inspiração Catalã”. In.: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XV, nº 895(2), 5 de noviembre de 2010.

PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO 2009-2012 “Pós 2016: O Rio mais Integrado e Competitivo”. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009.

POYTER, Gavin. “Regeneração Urbana e Legado Olímpico de Londres 2012. In.: Legados de Megaeventos Esportivos. Org: COSTA, CORRÊA, RIZZUTI, VILLANO, MIRAGAYA. Brasília: Ministério do esporte, 2008.

VAINER, Carlos B. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano” in Otília Arantes; Carlos Vainer & Ermínia Maricato, *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, Vozes, 2000.

VAZ, Lílían. “A ‘Culturalização’ do Planejamento e da Cidade novos Modelos?”. In.: Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, (2004) – Ana Fernandes, Paola Berenstein Jaques (Org)., Salvador: PPG-AU, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Oriente Negado: cultura, mercado e lugar”. In.: Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, (2004) – Ana Fernandes, Paola Berenstein Jaques (Org)., Salvador: PPG-AU, 2004.

SITE CIDADE OLÍMPICA <http://www.cidadeolimpica.com/vida-nova-para-a-porta-de-entrada-da-cidade-2/>, acessado em 08/02/2012.